

Arrecadação federal deve aumentar, no máximo, 3% em 2006, frente a 8% no ano passado. Enquanto entra menos dinheiro, as despesas sobem e necessidade de ajuste não passará de 2007, alerta economista

26 JUN 2006

CORREIO BRAZILIENSE

# Receita perde fôlego

Arte: Gabriel Góes/CB



RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Diversos indicadores acenderam o sinal amarelo nas contas públicas nos últimos meses, principalmente por causa da escalada nos gastos do governo em ano eleitoral. Mas a situação pelo lado das receitas também preocupa. Na melhor das hipóteses, a arrecadação federal de impostos vai crescer no máximo 3% em 2006, descontada a inflação. Na pior, pode haver até uma pequena queda. O desempenho, bem inferior aos 8% de expansão em 2005, vai criar dificuldades para o cumprimento das metas de superávit fiscal.

A preocupação chegou ao próprio governo. "Se a economia continuar com um comportamento favorável, a arrecadação pode até ter um crescimento real entre 2% e 3%. Mas, diante do tamanho da desoneração de impostos neste ano, um empate em zero a zero já será ganho", afirma o secretário-adjunto da Receita Federal, Ricardo Pinheiro. As receitas acumulam uma expansão de 2,7% entre janeiro e maio, resultado menor do que a metade atingida em idêntico período em 2005 (6%). "Manter o nível atual até dezembro seria um baita sucesso."

O problema atual reside no alto volume de benefícios fiscais concedidos pelo governo de olhos nos planos de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As cerca de 40 medidas específicas de incentivo à economia tomadas nos últimos anos, com especial destaque para a chamada MP do Bem, terão um impacto fiscal de R\$ 9 bilhões neste ano, o triplo da desoneração concedida no ano passado. A isenção de Pis e Cofins -- duas contribuições sociais --, na aquisição de máquinas e equipamentos para investimento industrial, provocou perda de R\$ 4 bilhões, por exemplo.

## Incentivos

Os incentivos à compra de insumos para a construção civil vão custar R\$ 1,3 bilhão, e a correção em 8% da tabela do Imposto de Renda dos trabalhadores, outros R\$ 2,2 bilhões. Em virtude da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) também para máquinas e equipamentos e insumos da construção, o recolhimento do tributo caiu 11% até maio. "Em percentual do Produto Interno Bruto (PIB), deve haver uma queda da arrecadação neste ano",

estima o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Segundo as projeções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a receita tributária deve fechar o ano em R\$ 358,4 bilhões, o equivalente a 17% do PIB. No ano passado, foram R\$ 364,136 bilhões, correspondentes a 18,5% do PIB. "A arrecadação vem até surpreendendo nos primeiros meses do ano porque ainda está crescendo. Mas estamos entrando numa fase de queda. Não houve prejuízo até agora porque o governo está queimando a gordura do ano passado", disse Velloso. No segundo semestre, tradicionalmente a arrecadação cai.

## Para 2007

Em 2005, o ótimo desempenho de seis setores da economia catapultou a arrecadação tributária federal. Os segmentos de destaque foram combustíveis, telecomunicações, extração de minerais metálicos, eletricidade, metalurgia básica e comércio atacadista. Juntos, eles proporcionaram crescimento recorde de 22,5% no Imposto de Renda das empresas (IRPJ) e de 21% na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Receita verificou que eles permanecem tendo um bom nível de recolhimento, mas nada que se compare à explosão de 2005.

Com base nesse resultado, o governo pode até aumentar o superávit primário (economia para pagar parte dos juros da dívida pública), que fechou o ano em 4,83% do PIB. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já disse que, neste ano, a economia só vai ser suficiente para cumprir a meta de 4,25% do PIB, sem as sobras verificadas nos anos anteriores. "O problema é que estamos num momento de baixa da arrecadação e de alta das despesas. Duvido que todo o impacto desses aumentos do funcionalismo esteja contabilizado", aposta Velloso.

Para o economista, a conjunção de fatores negativos pode até afetar o cumprimento da meta. Mais cedo ou mais tarde, afirma Velloso, o governo terá que enfrentar a difícil tarefa de cortar gastos, principalmente as infladas despesas com a folha salarial do funcionalismo. "A sociedade não aceita mais a solução dos problemas fiscais pelo aumento dos impostos. Não vai ser mais pelo lado das receitas que se irá salvar a situação fiscal", prevê. O problema pode ser no máximo adiado para o ano que vem, caso o governo consiga fechar as contas em 2006.

“ESTAMOS ENTRANDO NUMA FASE DE QUEDA”

Raul Velloso,  
Economista

